



**Curso Completo de Discursivas
para TRF4 – Estudo de Caso
(todos cargos, exceto técnico
administrativo)**

Prof. Sérgio Varella

Sumário

SUMÁRIO	2
O CURSO	3
CRONOGRAMA DO CURSO	4
OBJETIVO DO CURSO	5
O PROFESSOR	6
CONHECENDO A PROVA DISCURSIVA	9
PRINCIPAIS MODALIDADES DE PROVA DISCURSIVA	9
<i>Redação</i>	9
<i>Questão</i>	10
<i>Estudo de Caso</i>	10
<i>Peça Técnica</i>	11
PROVA DO TRF 4ª REGIÃO – BANCA FCC	13
FORMATO DA DISCURSIVA	13
PESO DA DISCURSIVA	13
<i>Principais informações do edital</i>	14
A CORREÇÃO PELA BANCA	18
PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO	18
A AVALIAÇÃO	21
<i>O avaliador é especialista no assunto?</i>	21
<i>Como se dá o cálculo final da nota?</i>	21
QUE ESTRATÉGIA UTILIZAR NA PROVA DISCURSIVA	23
QUANTO TEMPO DEVO GASTAR NA PROVA DISCURSIVA?	23
DEVO FAZER PRIMEIRO A OBJETIVA OU A DISCURSIVA? LER ANTES A PERGUNTA OU NÃO LER?	24
USAR LETRA CURSIVA OU DE FORMA?	24
MÃO NA MASSA	26

O curso

Olá, querido aluno!!

Vamos começar o nosso curso de discursiva para concursos públicos. É uma honra tê-lo como aluno para essa matéria tão importante e crucial para sua aprovação. Tenho certeza que com afinco e dedicação você conseguirá a tão sonhada aprovação, e de quebra, com uma super nota na prova discursiva, que chega, em alguns concursos, a ter peso igual à prova objetiva.

Nosso curso trará técnicas e estratégias que serão úteis em qualquer prova discursiva que você venha a fazer. Afinal de contas, independentemente da banca, temos que responder aquilo que a banca solicita em consonância com o espelho padrão utilizado para correção. Apenas isso. **Apesar de ser útil para todos concursos, nosso foco será na banca do seu concurso do TRF4, ou seja, a banca FCC.**

Nesse curso daremos maior destaque aos Estudos de Casos, que será o formato exigido em sua prova.

Ao longo desse curso irei apresentar os conhecimentos preliminares que todo candidato deve saber durante a sua preparação para a prova discursiva e claro para a tão sonhada aprovação.

Como veremos, a forma e o conteúdo são muito importantes numa prova subjetiva. Assim, é imprescindível que o aluno tenha consciência da estrutura do texto para que o conteúdo não seja prejudicado pela falta de adaptação das ideias presentes na sua cabeça ao transpor o conteúdo ao plano textual.

Ahh, mas eu tenho muitas dúvidas!!!

Dúvidas são comuns ao longo da nossa trajetória de estudos. Tê-las não é um problema, todavia guardá-las com vocês até a prova é um erro que você não pode cometer. Se possui dúvidas, procure saná-las. A hora é agora. Não deixe para a prova, pois lá você não terá como perguntar ao professor.

Devo fazer uma introdução ou devo responder diretamente as perguntas? Devo copiar toda a pergunta para depois respondê-la ou posso ir direto à resposta? Devo trazer informações que não foram pedidas, mas que estão relacionadas ao assunto? Devo escrever todas as linhas ou deixo algumas em branco?

Ao final desse curso você terá as informações necessárias para chegar na prova 100% preparado e à frente da concorrência, conquistando pontos importantes para a aprovação. A discursiva deixará de ser um bicho papão para ser o seu diferencial, conseguindo melhorar sua posição no concurso.

Nesse curso não teremos correções individualizadas, todavia é imprescindível que o aluno treine bastante para conseguir chegar na prova com a sua estratégia traçada e com a tranquilidade de quem fez o “dever de casa”.

Sei que os custos são altos nessa trajetória de concurseiro, todavia, para aqueles que puderem, aconselho a aquisição do curso com correções individualizadas que permitirá lapidar ainda mais a sua técnica de elaboração de discursivas. <https://www.direcaoconcursos.com.br/info/curso-estudo-caso-analista-oficial-justica-trf-4-com-correcao>

Professor, qual a grande dica para uma boa redação?

O primeiro passo é saber que a correção de sua prova será feita por uma pessoa de carne e osso como você. Ela pode estar cansada, ter brigado com a família, seu time de futebol ter perdido uma partida, estar com problemas financeiros. Tudo isso irá com certeza influenciar a correção. Então, dica número 1 – **Facilite a vida do avaliador.**

Dica 1

Facilite a vida do avaliador.

Elabore um texto limpo e sem muitas rasuras. Busque a ordem direta na hora de abordar um assunto. Responda na ordem que os quesitos foram apresentados na pergunta. Não divague sobre os assuntos, vá direto ao ponto solicitado, seja objetivo e conciso em sua resposta.

Cronograma do Curso

Aula	Data
Aula 00 – Apresentação do curso, o edital, avaliação e principais estratégias	07/06/2019
Aula 01 – Conteúdo e Estrutura	14/06/2019
Aula 02 – Expressão / Evitando os principais erros	21/06/2019
TRF4 - Aula 03 – Resumo pré-prova	01/07/2019

Objetivo do Curso

Com esse curso, espera-se que você possa compreender com profundidade como elaborar uma discursiva, estando apto a escrever uma redação que atenda aos preceitos básicos necessários para o alcance da nota máxima em sua prova.

É importante destacarmos, que esse curso não tem como escopo o conteúdo das matérias específicas do concurso. Tampouco nosso foco será nos aspectos gramaticais e regras de português. Para tanto vocês contam com a excelente equipe do Direção Concursos. Logicamente usaremos questões que envolverão conteúdo, todavia o aprofundamento sobre o tema deve ser feito em cada matéria.



O professor

Antes de darmos andamento a nossa aula introdutória, vou fazer um breve resumo de minha história. Comecei tarde no ramo dos concursos públicos, apenas com 30 anos. Em fevereiro de 2013, fechei duas empresas das quais era sócio e iniciei a minha trajetória nessa nova ceara.

Tarde?? No curso de formação para Auditor de Finanças e Controle do Tesouro Nacional tinha um senhor de 63 anos que estava fazendo o seu primeiro concurso. Então, o tarde é relativo. Independentemente da sua idade, se decidiu estudar para concursos, essa é a sua hora certa. Se dedique que a aprovação virá.

Consegui aprovação no meu primeiro concurso como Analista de Finanças de Controle da Secretaria do Tesouro Nacional, com 3 meses de preparação, cargo para qual fui chamado e tomei posse em 2016. A posição não foi tão boa, mas foi o bastante para ser chamado na última convocação para o certame.



Como dizem você não precisa ser a pessoa mais rápida do mundo para fugir do leão, você apenas precisa correr mais que o seu vizinho. Você não precisa ser o primeiro lugar de um concurso, apenas precisa estar numa posição que seja convocado.

Ainda em 2013, consegui minhas primeiras aprovações dentro das vagas (Analista de Administração Pública do Ministério Público da União (MPU) - **4º Colocado** - e Analista de Administrativo do Instituto Federal do Rio Grande do Norte - **1º Colocado**).

Nesse concurso para Analista do MPU a discursiva me ajudou bastante, consegui a nota máxima, sofrendo apenas uma pequena perda de pontuação de erro de português. Como veremos mais à frente, a parte de português (no caso da FCC) possui um subitem (domínio da norma culta formal) com um peso maior do que bancas como Cespe e lades. Mesmo assim, o peso para o cargo de técnico administrativo é de apenas 10% da nota total. Já nos cargos, com Estudo de Caso, sequer existe o critério explicitamente demonstrado.

Depois dessas conquistas, e com um método de estudo aprimorado, busquei concursos “maiores”, como Consultor da Câmara dos Deputados e Auditor Substituto de Conselheiro de Tribunais de contas, obtendo êxito, nos dois concursos, graças a metodologia de estudos aplicada, sendo o **1º Colocado** para Auditor Substituto de Conselheiro do Tribunal de Contas do Amazonas e **16º Colocado** para Consultor da Câmara dos Deputados.

Atualmente atuo como Analista de Administração Pública do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) na área de Planejamento Estratégico e Modernização Administrativa.

Abaixo um resumo das principais aprovações:

- ✓ Aprovado em **primeiro lugar** para Auditor Substituto de Conselheiro do Tribunal de Contas do Amazonas – 2015;
- ✓ Aprovado em **sexto lugar** para Auditor Substituto de Conselheiro do Tribunal do Contas dos Municípios de Goiás – 2017;
- ✓ Aprovado na posição 97 para Auditor de Controle Externo do **Tribunal de Contas da União** – 2015;
- ✓ Aprovado na posição 16 para **Consultor da Câmara dos Deputados** na especialidade Administração Pública – 2014;
- ✓ Aprovado na posição 149 para Auditor Fiscal do Estado de Pernambuco – 2014;
- ✓ Aprovado na posição 12 para Analista Administrativo do **Tribunal de Contas do Distrito Federal** – 2014;
- ✓ Aprovado na posição **sexto** para Auditor de Controle Interno do Distrito Federal – 2014;
- ✓ Aprovado na posição 309 para o cargo de **Analista de Finanças e Controles da Secretaria do Tesouro Nacional** – 2013.
- ✓ Aprovado na posição **sexto** para Analista de nível gerencial do Ministério de Comunicações – 2013.
- ✓ Aprovado na posição 62 para Técnico Administrativo da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte – 2013.
- ✓ Aprovado em **primeiro lugar** para Analista Administrativo do Instituto Federal do Rio Grande do Norte – 2013.
- ✓ Aprovado na **posição 4** para Analista de Gestão Pública do Ministério Público da União – 2013.

Destaco dois resultados das provas acima listadas, no tocante às provas discursivas, que sempre me ajudaram bastante na composição da nota final do concurso. E que muito em breve será o seu diferencial, se você seguir as técnicas apresentadas nesse curso.

No concurso para Analista de Administração Pública do Ministério Público da União (MPU) - Banca CESPE - obtive a nota **máxima no conteúdo da prova discursiva**. Já no concurso para Auditor Substituto de Conselheiro do Tribunal de Contas do Amazonas (Banca FCC), obtive **a maior nota na discursiva com 5 pontos de diferença para segunda maior nota**.



Na área acadêmica possuo mestrado em Engenharia de Produção (Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN), pós-graduação em Direito Constitucional, Direito Administrativo, Gestão Pública e Gestão Empresarial (FGV). Além disso, 3 graduações: Engenharia de Computação (UFRN), Comércio Exterior (IFRN) e Direito.

Além da experiência adquirida realizando concursos, nos últimos 6 anos, venho orientando alunos na elaboração de suas discursivas, na realização de recursos e realizando *coaching* para elaboração de suas estratégias de estudo. Graças a essa experiência, pude observar os principais erros e as melhores estratégias para gabaritar as provas discursivas de qualquer

banca.

Vamos ao que interessa...



Conhecendo a prova discursiva

Para aqueles que já estão acostumados a fazer provas discursivas, esse tópico pode já ser conhecido. Mesmo assim, sugiro que façam uma leitura rápida para entender melhor o funcionamento da prova subjetiva.

Antes de abordarmos especificamente a prova da FCC, vejamos os principais tipos de exigências na discursiva: 1) Redação; 2) Questão; 3) Estudo de Caso; 4) Peça Técnica.

Professor, e qual a diferença de cada uma delas?

Principais modalidades de prova discursiva

Redação

Essa modalidade geralmente exige do aluno que se escreva um texto dissertativo-argumentativo sobre determinado assunto de conhecimento geral, mais amplo. Vejamos um exemplo da banca FCC do concurso para o Tribunal Regional Federal da 5ª Região no ano de 2017. Observem que em temas amplos sempre saberemos algo sobre o assunto, todavia o difícil é abordar os pontos solicitados pela banca e presentes em seu espelho. Para ajudar, normalmente existem tópicos que mostram os assuntos que a banca quer que você aborde. Nesse caso, não temos subtópicos, mas já temos dois assuntos que devem ser abordados (1-ciência; 2-desenvolvimento).

Em comparação com outros países, o Brasil investe pouco em pesquisa. Mesmo assim, a ciência brasileira foi capaz de criar uma grande exportadora de aviões, transformar o país na maior potência agrícola mundial e inventar o bioetanol, contribuindo para o crescimento autônomo da sociedade e da economia brasileira. Ciência é investimento.

(Adaptado de: GUANAES, Nizan. Ciência é Investimento. Disponível em: www1.folha.uol.com.br)

Para impulsionar o desenvolvimento tecnológico é necessário avançar nas relações entre universidades e empresas, e apoiar maciçamente investimentos em pesquisa e inovação. O financiamento contínuo e em montantes adequados é, portanto, indispensável.

(Adaptado de: GOMES, Paulo Alcântara. Disponível em: <http://noblat.oglobo.globo.com>)

Com base nas ideias expostas acima, desenvolva um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema:

Ciência e desenvolvimento

Questão

Normalmente apresenta-se por meio de um enunciado bem objetivo e direto, cobrando assuntos provenientes de algum conhecimento de matéria específica do edital. Os temas vêm geralmente precedidos de um texto meramente informativo e em seguida perguntas ou tópicos temáticos nos quais há pedidos de conceitos e de caracterizações. Vejamos a seguir um exemplo da prova de Auditor de Controle Externo do concurso de 2013 do TCDF.

Tendo como base a Lei Complementar n.º 101/2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) —, faça o que se pede a seguir.

< Descreva a respeito do objetivo central da LRF. [valor 3,00 pontos]

< Sob o enfoque da LRF, descreva a respeito das exigências para aumento das despesas. [valor: 3,00 pontos]

< Descreva a respeito dos tratamentos que são dados às despesas com pessoal na esfera estadual, particularmente em ano eleitoral. [valor: 3,50 pontos]

Estudo de Caso

Normalmente o tema do Estudo de Caso é apresentado por meio de uma narrativa fictícia de determinada situação. Essa pequena história deve servir, juntamente com outras fontes (leis, autorias, números etc.), como meio de fundamentação. Vejamos um exemplo banca Cespe do concurso para o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul no ano de 2015.

Será esse o modelo adotado em sua prova do TRF4. Ao longo das aulas iremos trabalhar em detalhes como responder a esse tipo de prova.

O Tribunal Regional Eleitoral, mediante prévio procedimento licitatório, celebrou contrato para a realização de determinada obra. Durante a execução do contrato, foram constatados problemas como lentidão, paralisações injustificadas e não comunicadas ao órgão e suspensão da obra em razão de execução irregular. Em decorrência desses fatos, o órgão rescindiu unilateralmente o contrato, retendo a garantia e aplicando cumulativamente as penalidades de advertência, de suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar com a administração pelo prazo de um ano, sendo assegurados ao contratado o contraditório e a ampla defesa no âmbito do processo administrativo. Inconformada, a empresa contratada interpôs recurso administrativo invocando:

- a) ilegitimidade do ato de rescisão unilateral;
- b) seu direito à devolução da garantia, caso admitida a rescisão; e
- c) inviabilidade de aplicação cumulativa das sanções administrativas.

Considerando a situação hipotética apresentada, analise os questionamentos apresentados pela empresa contratada, posicionando-se, de forma fundamentada, a respeito de cada um deles. [valor: 4,75 pontos, sendo 1,75 ponto, 1,00 ponto e 2,00 pontos, respectivamente, para a, b, e c]

Peça Técnica

Geralmente apresenta-se como uma espécie do Estudo de Caso, sendo apresentada uma determinada situação, que deve servir de base para elaboração das respostas às perguntas realizadas pelo avaliador. Sua grande diferença é que requer, normalmente, que se coloque em determinado formato padrão da peça, por exemplo, se for uma “Informação” ela deve ter a formatação presente no Manual de Redação do Órgão. Vejamos a seguir mais um exemplo da prova de Auditor de Controle Externo do concurso de 2013 do TCDF. Não se assuste com o tamanho, como veremos ao longo do curso, com calma e por partes o que parece complicado se tornará simples.

Considere que, em uma auditoria realizada na Secretaria X do governo do DF, o TCDF tenha apurado os fatos apresentados a seguir, que constam no Processo n.º 00/2014:

- 1) existência do contrato n.º 08/2012 (fls. 54-60) firmado, em 16/1/2012, entre a Secretaria X e o Sr. José Oliveira, com prazo de vigência de doze meses, tendo como objeto a locação de imóvel não residencial, para sediar uma das coordenadorias regionais daquela secretaria;
- 2) em 16/1/2013, foi assinado termo aditivo ao citado contrato com valor global de R\$ 87.000,00, prorrogando-o e tendo como termo inicial 17/1/2013 e, como termo final, 16/1/2014 (fls. 36-39);
- 3) a documentação anexa ao processo (fls. 64-76) mostra que todo o trâmite administrativo da solicitação da prorrogação contratual ocorreu entre janeiro e setembro de 2012, com as seguintes especificidades:
 - 3.1) Termo de ciência de fiscalização sem data (fl. 68);
 - 3.2) Data da declaração da intenção do locador de prorrogar o contrato de locação (28/11/2012) conflitante com a data de recebimento do referido documento pela administração (3/2/2013) (fl. 71);
 - 3.3) Justificativa para prorrogação de contrato de aluguel com data de 3/12/2012 (fl. 74);
 - 3.4) Laudo de avaliação técnica - ITBI com data de 9/9/2013 (fl. 76);
- 4) o titular da Secretaria X informou que, nos casos de contratos de locação de imóveis, quando há motivação e interesse público, o setor responsável deflagra, com antecedência de quatro meses, as tratativas para a realização de todos os atos e procedimentos necessários ao ajuste. Acrescentou que o próprio termo aditivo ao contrato de locação do imóvel apresenta, no seu preâmbulo, a descrição dos documentos e procedimentos com suas respectivas datas, podendo-se verificar que nenhuma delas foi praticada posteriormente à data do contrato. No intuito de provar o alegado, juntou cópia do referido termo aditivo ao contrato (fls. 249-251/Vol. II). Ressaltou o defendente que o termo aditivo não acarretou qualquer prejuízo aos cofres públicos no exercício de 2013, uma vez que o valor do aluguel sofreu redução de R\$ 1.415,80 por mês e, portanto, não há de se falar em qualquer deficiência na celebração do citado aditivo;
- 5) existência do contrato n.º 999/2011 (fls. 154-160), firmado em 7/7/2011, entre a Secretaria X e a empresa Conservadora Ltda., especializada na prestação de serviços de mão de obra, decorrente do pregão eletrônico n.º 19/2011, cujo objeto é a contratação pelo prazo de doze meses, prevendo que a contratada colocasse à disposição da Secretaria X um total de 76 profissionais, sendo 55 digitadores (lote I), 12 atendentes ao público (lote II) e 9 auxiliares de serviços gerais (lote III);

6) em 2013, a Secretaria X desembolsou a quantia de R\$ 372.000,00 com os serviços dos lotes I, II e III;

7) a análise do contrato de terceirização e de suas respectivas prorrogações, ocorridas nos anos de 2012 e 2013, mostrou que o termo de referência (fls. 115-121) e o termo aditivo (fls. 131-134) não demonstraram a justificativa da necessidade dos 76 profissionais e da terceirização dos citados serviços.

Com base na situação hipotética apresentada acima, redija, nos termos do Manual de Redação Oficial do TCDF, aprovado pela Decisão Plenária n.º 48/2002, um relatório de auditoria a respeito dos fatos apurados.

Ao elaborar seu relatório, considere, necessariamente, a estrutura a seguir:

< apresentação e estrutura de um relatório de auditoria do TCDF; [valor: 5,00 pontos]

< justificação: análise do contrato de locação de imóvel, para sediar a coordenadoria regional; [valor: 8,00 pontos]

< justificação: análise do contrato de terceirização de mão de obra; [valor: 8,00 pontos]

< conclusão do relatório. [valor: 7,50 pontos]



Prova do TRF 4ª REGIÃO – Banca FCC

Formato da Discursiva

Vou apresentar os dois formatos existentes no edital. Como muitos alunos irão fazer duas provas, uma em cada turno, independente do curso que você comprou, essa informação pode ser útil. Para quem for fazer apenas um dos cargos, pule a parte relacionada ao outro para o qual não irá fazer a prova.

A sua prova será no formato de Estudo de Caso para os cargos Analista Judiciário - Área Judiciária – 1; Analista Judiciário - Área Judiciária - Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal – 2, Analista Judiciário - Área Apoio Especializado – Especialidade Infraestrutura em Tecnologia da Informação – 3, Analista Judiciário - Área Apoio Especializado – Especialidade Sistemas de Tecnologia da Informação – 4, Técnico Judiciário – Área Apoio Especializado - Especialidade Tecnologia da Informação – 6 - e Técnico Judiciário – Área Administrativa - Especialidade Segurança e Transporte – 7. Nesse caso, serão duas questões, ou seja, dois Estudos de Casos.

Nos Estudos de Casos, os quesitos que a banca usa como critério para avaliar são diferentes da redação, normalmente fornecendo um espelho com assuntos técnicos relacionados aos cargos em questão.

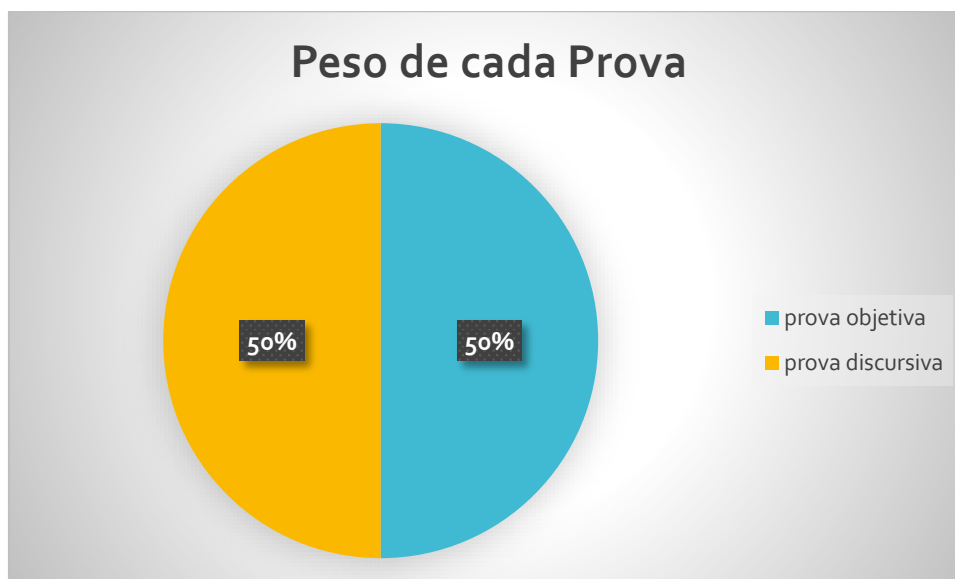
A prova será no formato de redação para o cargo de técnico administrativo. Nesse caso, será “apenas” uma questão.

Peso da Discursiva

Antes de mais nada, é importante sabermos qual o peso, ou seja, o quão importante a nota da discursiva será para a composição de sua nota final. Nesse concurso, o peso da discursiva é bastante alto, já que a nota final é a soma da objetiva com a discursiva. Nesse caso, temos a objetiva valendo 10 pontos, assim como a prova subjetiva. Cada prova valerá 10 pontos.

Pessoal, 50% da nota final será oriunda da sua prova discursiva. Perceberam a importância? Essa não é só mais uma matéria. Ela é a matéria que fará diferença. Metade da sua nota do concurso virá do seu Estudo de Caso.

E para coroar, a nossa matéria é o segundo critério de desempate de notas, apenas atrás do critério de idade para quem tem mais de 60 anos.



E veja que a objetiva envolve diversas matérias. Para o cargo de técnico administrativo são 8 matérias. No caso dos outros cargos, existem ainda mais matérias. E a discursiva sozinha valerá a mesma pontuação. Uma única matéria tem o peso de todas as outras. Viram a importância do estudo e da prática. Apenas praticando é que você irá obter o resultado desejado.

Qual a conclusão que chegamos??

A nota da discursiva será o grande diferencial para a sua aprovação. Ela precisa ter destaque em seus estudos, sobretudo com tempo para treinar a sua escrita, utilizando o conteúdo aprendido nas aulas teóricas do nosso curso do Direção.

Para otimizar o seu resultado, adquiram o curso com correção. As vagas são limitadas. Corram.

<https://www.direcaoconcursos.com.br/info/curso-estudo-caso-analista-oficial-justica-trf-4-com-correcao>

Principais informações do edital

Nesse tópico vou trazer os principais pontos que você deve observar com relação à regra geral da FCC na sua prova. Todavia, é importante que você leia todo edital, criando o hábito de identificar os pontos-chaves que devem ser atendidos na hora de responder a sua prova.

Dica 2

Sempre leiam o edital e saibam as regras do jogo de “cor e salteado”

- ✓ Sua prova discursiva representa 50% da nota total do concurso.
- ✓ Prova discursiva será realizada no mesmo dia e horário que a objetiva (data provável de 04/08/2019).
- ✓ MANHÃ - cargos de Técnico Judiciário – todas as Áreas/Especialidades.
- ✓ TARDE - cargos de Analista Judiciário – todas as Áreas/Especialidades.
- ✓ Dá para fazer prova para dois cargos, um pela manhã e outro pela tarde.
- ✓ **Estudo de Caso:**
 - Terá caráter eliminatório e classificatório. Cada uma das questões será avaliada na escala de **0 (zero) a 10 (dez) pontos**, considerando-se habilitado o candidato que tiver obtido, no conjunto das duas questões, **média igual ou superior a 5 (cinco)**.
 - Deverá ser rigorosamente observado o **limite máximo de 20** (vinte) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos ao Estudo de Caso.
 - A grade de correção/máscara de critérios contendo a abordagem/requisitos de respostas definida pela Banca Examinadora, as respostas apresentadas pelo candidato e a pontuação obtida pelo candidato serão divulgadas por ocasião da Vista da Prova Estudo de Caso.
 - A Banca, dessa vez ajudou, já disse qual será o conteúdo dos Estudos de Casos:

COD.	Cargos/Áreas/Especialidades	Estudo de Caso – Questão 1	Estudo de Caso – Questão 2
1	Analista Judiciário/Área Judiciária	Direito Previdenciário	Direito Administrativo
2	Analista Judiciário/Área Judiciária/Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	Direito Processual Civil	Direito Processual Penal
3	Analista Judiciário/Área Apoio Especializado/Especialidade Infraestrutura em Tecnologia da Informação	Segurança da Informação	Redes de Computadores
4	Analista Judiciário/Área Apoio Especializado/Especialidade Sistemas de Tecnologia da Informação	Segurança da Informação	Programação PHP
6	Técnico Judiciário/Área Apoio Especializado/Especialidade Tecnologia da Informação	Organização e Arquitetura de Computadores	Linguagem HTML5
7	Técnico Judiciário/Área Administrativa/Especialidade Segurança e Transporte	Segurança de Dignitários	Gerenciamento de crises

- ✓ **Não será permitida nenhuma espécie de consulta**, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- ✓ Você deve utilizar caneta esferográfica **transparente e de tinta preta ou azul**.
- ✓ Não será permitido em hipótese alguma o uso de lápis, lapiseira/grafite e (ou) borracha durante a realização das provas.

- ✓ Prova discursiva não poderá ser assinada ou rubricada, nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que a identifique.
- ✓ Receberão nota ZERO os textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado.
- ✓ **Redação (cargo técnico administrativo):**
 - O candidato deverá desenvolver texto dissertativo-argumentativo a partir de proposta única, sobre **assunto de interesse geral não atrelado necessariamente ao Conteúdo Programático** de Conhecimentos Específicos referido no presente Edital.
 - Terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 5 (cinco) pontos.
 - Deverão ser rigorosamente observados os limites **mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas**, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação.
 - A correção da prova discursiva será feita com base nos seguintes critérios para prova de técnico:
 - **Conteúdo - até 5 (cinco) pontos:**
 - fundamentação e adequação dos argumentos ao tema proposto;
 - capacidade de análise e senso crítico;
 - clareza e coerência na seleção de argumentos em defesa de ponto de vista relacionado ao tema.
 - **Estrutura - até 4 (quatro) pontos:**
 - respeito ao gênero solicitado;
 - progressão textual e encadeamento de ideias;
 - articulação de frases e parágrafos (coesão textual).
 - **Expressão - até 1 (um) ponto:**
 - desempenho linguístico de acordo com o nível de conhecimento exigido para o Cargo/Área;
 - adequação do nível de linguagem adotado à produção proposta e coerência no uso;
 - domínio da norma culta formal, com atenção aos seguintes itens: estrutura sintática de orações e períodos, elementos coesivos; concordância verbal e nominal; pontuação; regência verbal e nominal; emprego de pronomes; flexão verbal e nominal; uso de tempos e modos verbais; grafia e acentuação.
- ✓ Serão corrigidas provas até as seguintes classificações no Estudo de Caso:

COD.	Cargos/Áreas/Especialidades	Leste – PR		Sede da Seccional - RS		Sede da Seccional - SC		Demais 16 Microrregiões (*) – n.ºs para cada uma delas	
		Classificação Geral	Cota Negros (**)	Classificação Geral	Cota Negros (**)	Classificação Geral	Cota Negros (**)	Classificação Geral	Cota Negros (**)
		Número de Habilitados e mais bem classificados até a posição							
1	Analista Judiciário/Área Judiciária	200	40	200	40	200	40	50	10
2	Analista Judiciário/Área Judiciária/Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	50	10	50	10	50	10	-	-
3	Analista Judiciário/Área Apoio Especializado/Especialidade Infraestrutura em Tecnologia da Informação	-	-	100	20	-	-	-	-
4	Analista Judiciário/Área Apoio Especializado/Especialidade Sistemas de Tecnologia da Informação	-	-	100	20	-	-	-	-
6	Técnico Judiciário/Área Apoio Especializado/Especialidade Tecnologia da Informação	70	14	70	14	70	14	-	-
7	Técnico Judiciário/Área Administrativa/Especialidade Segurança e Transporte	80	16	80	16	80	16	-	-

(*) PR – Central, Norte, Oeste e Noroeste; RS – Fronteira, Central, Sul, Metropolitana, Serra, Nordeste e Noroeste; SC – Nordeste, Vale do Itajaí, Sul, Central e Oeste.

(**) Para fins de reservas de vagas para candidatos negros, serão convocados os candidatos até as posições indicadas no quadro acima, desconsiderados os candidatos que obtiverem nota para integrar a listagem geral.

- ✓ Serão corrigidas provas até as seguintes classificações nas **redações (cargo técnico administrativo)**:

COD.	Cargos/Áreas/Especialidades	Leste do PR		Sede da Seccional do RS		Sede da Seccional de SC		Demais 16 Microrregiões (*) – n.ºs para cada uma delas	
		Classificação Geral	Cota de Negros (**)	Classificação Geral	Cota de Negros (**)	Classificação Geral	Cota de Negros (**)	Classificação Geral	Cota de Negros (**)
		Número de Habilitados e mais bem classificados até a posição							
5	Técnico Judiciário – Área Administrativa	200	40	200	40	200	40	80	16

(*) PR – Central, Norte, Oeste e Noroeste; RS – Fronteira, Central, Sul, Metropolitana, Serra, Nordeste e Noroeste; SC – Nordeste, Vale do Itajaí, Sul, Central e Oeste.

(**) Para fins de reservas de vagas para candidatos negros, serão convocados os candidatos até as posições indicadas no quadro acima desconsiderados os candidatos que obtiverem nota para integrar a listagem geral.

- ✓ Pontuação final na prova será a soma da nota da objetiva com a discursiva.
- ✓ Os recursos deverão ser interpostos no prazo de 2 (dois) dias úteis após a ocorrência do evento que lhes der causa, tendo como termo inicial o 1º dia útil subsequente à data do evento a ser recorrido.
- ✓ A prova discursiva é o segundo critério de Desempate: 13.4.2.1 maior nota na Prova de Estudo de Caso ou Redação (conforme o cargo/área/especialidade).

A correção pela Banca

Para entrar num jogo, saiba de antemão as regras. É imprescindível conhecermos como a prova será corrigida para buscarmos sempre atender a dica 1, **facilitar a vida do avaliador**.

Para os cargos que farão o **Estudo de Caso**, não existem critérios pré-definidos. A banca liberará, junto com sua nota, um espelho com a expectativa da resposta que será relacionada ao conteúdo de matéria específica do seu cargo. O lado bom é que nesse concurso ela especificou quais são as matérias de cada questão. Então você terá 3 matérias muito importantes na definição do seu ciclo de estudos. As duas que cairão na sua prova discursiva, além claro da nossa matéria, que como vimos valerá metade da sua nota final.

Para os alunos que farão para o cargo de Analista Judiciário/Área Judiciária as matérias serão: **direito previdenciário e direito administrativo**.

Para os alunos que farão para o cargo de Oficial de Justiça Avaliador Federal as matérias serão: **direito processual civil e direito processual penal**.

Já para o cargo de técnico administrativo, ou seja, para a redação, os critérios são: Conteúdo (5 pontos – 50% da nota), Estrutura (4 pontos – 40% da nota), Expressão (1 ponto – 10% da nota). Veja que o peso e importância deles varia bastante. Sendo o mais importante o conteúdo do que a gramática (expressão).

Assim, diferentemente da redação, no Estudo de Caso não temos de antemão os critérios que a banca utilizará no seu espelho de resposta. Mas, pelo menos, já sabemos quais serão as matérias que serão cobradas em cada Estudo de Caso.

Padrão de Resposta Definitivo

Nem todas as bancas liberam um espelho de respostas prévio que possa ser contestado ou sequer liberam ao final um espelho definitivo. O lado bom é que cada vez mais a transparência tem sido a regra nos concursos e a divulgação dessas informações tende a ser prática comum.

No caso da banca FCC, tradicionalmente, ela não apresenta um espelho padrão para a pergunta feita em sua prova discursiva no modelo de redação, no qual o tema geralmente é mais amplo. Nos Estudos de Casos ela vai liberar, junto com uma nota a nota da discursiva, um pequeno espelho com o que esperava em cada questão. Existindo esse padrão você terá como fazer um recurso mais bem embasado, caso seja necessário.

O Direção Concursos irá oferecer o **serviço de recursos**, com profissionais especializados para te ajudar a majorar a sua nota.

A seguir apresento um exemplo de espelho padrão da prova do TRF 5 aplicada pela FCC. Esse modelo se aproxima muito do tipo de redação que será aplicada para o cargo de técnico administrativo do TRF4.

Heróis, mitos, músicas, roupas típicas e outras tradições nacionais que confirmam a naturalidade histórica e definem os valores e as normas de comportamento características dos indivíduos nas nações são, na verdade, invenções do período moderno, que se fazem e se refazem desde então.

(Adaptado de: NETO, Roberto Moll. Disponível em: <http://repositorio.fipea.gov.br>)

Imaginar a nação como algo positivo reforça a ideia de que o "outro" deve ser evitado enquanto ameaça a uma ordem estabelecida.

A partir das ideias expostas acima, escreva um texto dissertativo-argumentativo, justificando seu ponto de vista.

De acordo com o Edital nº 001/2017 de Abertura de Inscrições, Capítulo X. Da Prova Discursiva-Redação:

4. Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho, na Prova Discursiva-Redação, a que se refere este Capítulo, deverão os candidatos valer-se das normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto nº 7.876, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 5. Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento do texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) estiver em branco; f) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. 7. Na Prova Discursiva-Redação, deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda da pontuação a serem atribuídos à Prova Discursiva-Redação. 8. A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta).

Abordagem Esperada	Pontuação Máxima	Pontuação Atribuída
a. Conteúdo: a) perspectiva adotada no tratamento do tema; b) capacidade de análise e senso crítico em relação ao tema proposto; c) consistência dos argumentos, clareza e coerência no seu encadeamento. A nota será prejudicada, proporcionalmente, caso ocorra abordagem tangencial, parcial ou diluída em meio a divagações e/ou colagem de textos e de questões apresentadas na prova.	40,00	30,00
b. Estrutura: a) respeito ao gênero solicitado; b) progressão textual e encadeamento de ideias; c) articulação de frases e parágrafos (coesão textual).	30,00	22,50
c. Expressão: a) desempenho linguístico de acordo com o nível de conhecimento exigido para o Cargo/Área/Especialidade/Estado de Classificação. b) adequação do nível de linguagem adotado à produção proposta e coerência no uso; c) domínio da norma culta formal, com atenção aos seguintes itens: estrutura sintática de orações e períodos, elementos coesivos; concordância verbal e nominal; pontuação; regência verbal e nominal; emprego de pronomes; flexão verbal e nominal; uso de tempos e modos verbais; grafia e acentuação. A avaliação da expressão não será feita de modo estanque ou mecânico, mas sim de acordo com sua estreita correlação com o conteúdo desenvolvido.	30,00	29,00
Total	100,00	81,50

Vejamos mais um exemplo, agora do concurso de Conselheiro Substituto para o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás. Nesse exemplo, a banca apresenta uma situação e depois faz indagações sobre o caso específico, ou seja, um Estudo de Caso. Esse exemplo, se aproxima do espelho que será liberado na prova que você fará no TRF4.

Considere que determinado Município de Goiás celebrou uma parceria público-privada tendo por objeto o fornecimento de trens e sistemas de segurança e subsequente operação de uma linha da rede metro-ferroviária municipal, enquanto as obras relativas aos túneis e estações já estavam em curso, contratadas, precedentemente, com outra empresa na modalidade empreitada por preço global, disciplinada pela Lei nº 8.666/1993. A empreiteira contratada para a execução das obras passou a enfrentar sérios problemas financeiros e não conseguiu executar as atividades contratadas, gerando sucessivos atrasos e descumprimentos contratuais ensejando, assim, a rescisão do contrato. Ocorre que o Município estava obrigado, nos termos do contrato de PPP, a disponibilizar as estações à concessionária até determinada data, para que a mesma iniciasse a operação, assumindo os riscos pelo atraso na disponibilização da infraestrutura cuja construção ficara sob sua responsabilidade. Diante das disposições da legislação que rege a matéria, responda, fundamentadamente:

- Considerando que a empreiteira já havia executado quase a integralidade das obras contratadas, existe a possibilidade de contratação de outra empresa para concluí-las sem a instauração de procedimento licitatório?
- A PPP contratada pelo Município poderia, em tese, contemplar em seu objeto também a execução de obras e prever que as mesmas fossem suportadas pelo poder concedente, de acordo com as etapas executadas?
- Caso o Município não consiga disponibilizar à concessionária a infraestrutura necessária para a operação da linha no prazo estabelecido, quais seriam as potenciais consequências de tal descumprimento?

Abordagem Esperada	Pontuação Máxima	Pontuação Atribuída
a. O Município poderá contratar o remanescente da obra, mediante dispensa de licitação, desde que atendida a ordem de classificação da anterior licitação e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido, conforme autoriza o artigo 24, XI, da Lei nº 8.666/1993.	5,0	5,0
b. Sim, o contrato de PPP, tanto na modalidade concessão patrocinada como concessão administrativa, admite a execução de obras, desde que não constitua seu objeto único (art. 2º, §4º da Lei Federal nº 11.079/2004). De acordo com o disposto no artigo 6º, §2º e art. 7º, §2º, é facultado o aporte de recursos do poder concedente para a execução de obras relativas a bens reversíveis, o qual deverá guardar proporcionalidade com as etapas efetivamente executadas.	5,0	4,0
c. A concessionária faria jus ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, tendo em vista que o risco de atraso de disponibilização da infraestrutura não foi por ela assumido e sim mantido pelo poder concedente, na forma autorizada pelo art. 5º, III.	5,0	5,0
Total	15,0	14,0

Mais à frente falarei um pouco sobre como é calculada a sua nota na prova discursiva. Mas, já vou adiantar uma informação muito importante. Que os professores de português não me escutem. Segredinho nosso e que você já deve ter percebido.

O mais importante no seu texto é o conteúdo e a estrutura de como ele foi apresentado. Os erros de português têm um peso bem menor.

Veja que em algumas situações, como no caso apresentado acima (**Estudo de Caso**) a banca sequer tem no espelho os itens relacionados à gramática. Diferente no primeiro caso (**redação**) apresentado em que existe o quesito expressão, mas que mesmo assim representa apenas 10% da sua nota final.

A avaliação

O avaliador é especialista no assunto?

Muitas vezes não é. E para corrigir ele fará uma comparação, como se fosse um check-list para identificar se o aluno abordou o assunto pedido, por isso é importantíssimo **facilitar a vida do avaliador** (nossa dica número 1).

Tenha muito cuidado. Muitas vezes, alunos que sabem muito não tiram uma boa nota exatamente por colocar assuntos muito avançados que não estão no espelho da banca. Aqui uma má notícia, se não estiver no espelho definitivo da Banca, já era. Não adianta ter abordado assuntos que são corretos, mas que não aparecem na resposta padrão. A Banca é soberana. Eu costumo dizer que elas criam a própria jurisprudência.

Para o Estudo de Caso, a banca já informou que liberará junto com a nota um espelho padrão, então precisamos colocar o máximo de informação relacionada à pergunta para garantir que cobriremos as informações que aparecerem no espelho da banca.

Já para aqueles que irão fazer o cargo de técnico administrativo, como o tema será genérico, não relacionado a uma matéria específica, provavelmente não existirá padrão de respostas, sendo corrigido apenas com base nos critérios já apresentados: Conteúdo (5 pontos – 50% da nota), Estrutura (4 pontos – 40% da nota), Expressão (1 ponto – 10% da nota).

Dica 3

Não briguem com a Banca. Aprendam a jogar o jogo e se aproveitem das regras.

Como se dá o cálculo final da nota?

Aqueles que não gostam de cálculo não precisam ter medo. De forma resumida, a sua nota é composta pela soma da nota obtida em cada prova, objetiva e subjetiva.

Sua prova objetiva será calculada com base numa média ponderada (levando em consideração o peso da básica e da específica), essa nota pode chegar a 10 pontos. A subjetiva valerá 10 pontos. A sua nota final é soma dessas duas notas.

Como expliquei, na Fundação Carlos Chagas – FCC, normalmente a nota final é a soma de cada um dos itens avaliados, ou seja, não existe a subtração de pontos como na prova da lades ou Cespe. Então se a nota é uma soma simples não preciso me preocupar com nada mais?

Claro que tem que saber o restante da regra, lembre dos pontos que falamos no início do texto. Alguns deles, se não forem observados, significam a exclusão do concurso.

Muitos alunos menosprezam as regras e chegam na hora da prova sem saber como se comportar. Não dá para ir jogar uma partida de futebol sem saber o que é um impedimento ou se a bola se joga com os pés ou com as mãos. A comparação é simples, mas cabe bem aqui. Vá para prova sabendo como deve agir e já estará à frente de grande parte da concorrência.



Que estratégia utilizar na prova discursiva

Quanto tempo devo gastar na prova discursiva?

Na maioria dos concursos a prova discursiva é realizada no mesmo dia e dentro do mesmo espaço de tempo da prova objetiva. Assim, você deverá ter em mente quanto tempo gastará na objetiva e quanto precisará para a subjetiva.

Existem outros, em que um turno é para objetiva e outro para subjetiva. Ou ainda, situações em que existem dias ou turnos específicos para as provas discursivas.

Em caso de objetiva e discursiva no mesmo turno, minha sugestão é que primeiro você defina quanto tempo precisará para a discursiva. Se para uma redação de 30 linhas você precisa de 30 minutos, reserve 40 minutos, se precisa de 50 minutos, reserve 60 minutos. Sempre se dê uma pequena margem de segurança.

E quando for somente a discursiva num turno. Nesse caso, o tempo também será curto, pois se colocaram as datas separadas, é porque a carga de questões é alta e você terá que escrever bastante. **Não será o caso da nossa prova da FCC para o TRF4.**

No TRF4 será necessário responder uma redação junto com a prova objetiva em 4h30min, para aqueles que farão prova de técnico administrativo também. **No caso do Estudo de Caso, serão duas questões, também dentro desse tempo de 270 minutos.**

Na sua prova, para analista judiciário ou oficial de justiça, serão 2 Estudos de Casos, com até 20 linhas cada um.

E como você saberá quanto tempo precisa? Aqui, uma notícia não tão boa. Apenas com muito treino. Não existe fórmula pronta. Alguns escrevem mais rápido e com letra legível, outros tem a letra muito ruim e precisam de mais cuidado e demoram mais tempo. Uns não abrem mão do rascunho completo, outros farão apenas um esboço em forma de esquema.

Dica 4

Coloque a mão na massa! Pratique em casa até a exaustão.

Enfim, todos precisam treinar e cronometrar o seu tempo até ter plena consciência de quanto tempo será preciso e lógico ir melhorando suas marcas com o passar dos treinos. Funciona como um nadador ou corredor, com muito treino seus tempos vão baixando.



Escreva, escreva e escreva.

Fortaleça a musculatura da mão. É! Existem músculos ali sim!

Na prova de consultor da câmara fiquei dias com a mão dolorida e olhe que treinava bastante, mas ali tínhamos que fazer diversas discursivas com 240 linhas cada.

Devo fazer primeiro a objetiva ou a discursiva? Ler antes a pergunta ou não ler?

Aqui, novamente, não existe uma receita de bolo. Normalmente os alunos fazem a redação ao final, após responderem a prova objetiva.

Mas qual o problema de inverter a ordem? O grande risco é de você calcular mal o tempo e não conseguir responder as questões objetivas, ou chegar muito cansado na hora de respondê-las e perder pontos importantes. Outra coisa é que apenas chegarão na prova discursiva os alunos mais bem classificados, assim, primeiro você tem que garantir que terá a sua prova corrigida. Caso contrário de nada adianta escrever uma redação nota 10 e não conseguir ter ela analisada pelo avaliador.

Como você será um aluno que terá treinado até a exaustão e saberá o tempo que gasta para elaborar o seu texto, a ordem não será tão importante.

Mas professor, mesmo assim eu quero uma sugestão sua.

Tudo bem, nesse caso vou contar como eu fazia. Sempre deixava para o final, pois corria o risco de ao longo da prova ver algum assunto relacionado e que pudesse me ajudar a responder. Mas, para isso, eu sempre estava olhando o tempo gasto na objetiva para deixar o tempo necessário para responder a subjetiva.

Quanto a olhar antes o assunto da subjetiva, eu prefiro que você deixe para fazer isso quando estiver mais confiante nos concursos e com algumas aprovações no currículo. O risco de você ficar nervoso ao ver um assunto que não sabe a resposta é grande e isso levaria provavelmente a sua nota na objetiva para baixo.

Usar letra cursiva ou de forma?

Eu sugiro que você use a letra que deixa o seu texto mais legível para o avaliador. Se você tem letra cursiva linda, parecendo aquelas de caderno de caligrafia ótimo. Ou ainda se a letra for

não tão perfeita, mas a leitura fica de fácil entendimento a letra cursiva pode ser utilizada sem medo.

Agora se você tem letra feia, tipo aqueles hieróglifos antigos, sugiro muito que use a letra de forma. Mas lembre-se de fazer uma diferenciação entre a letra maiúscula e minúscula.

Alunos de letra feia fiquem tranquilos. A minha é horrorosa e mesmo assim consegui ótimos resultados. E qual foi o remédio para isso? Muita prática e treino. Alguém se lembra quando foi a última vez que escreveu um texto a mão livre? Pois é, com os computadores escrevemos menos a cada dia que passa. Enquanto os concursos não forem feitos em computadores, o jeito é treinar a escrita à mão livre.

Não se esqueçam do nosso curso com correção. Será o momento ideal para praticar, tendo especialistas para corrigir sua prova, assim como ocorrerá na hora da prova.

Aconselho a aquisição do curso com correções individualizadas que permitirá lapidar ainda mais a sua técnica de elaboração de discursivas. <https://www.direcaoconcursos.com.br/info/curso-estudo-caso-analista-oficial-justica-trf-4-com-correcao>

Mão na massa

Como já foi explicado, esse curso não possui correção individualizada. Todavia, não adianta nada ler páginas e mais páginas sobre como escrever uma boa redação e não praticar. Já viram alguém aprender a andar de bicicleta apenas lendo livros?

Já vou deixar para você um dever de casa. Não deixe de praticar. Não adie o inadiável.

Abaixo segue uma prova discursiva verdadeira do concurso para o Tribunal Regional Federal da 5ª Região no ano de 2017.

Quero que você imprima uma folha no padrão da banca abaixo elaborado por nós. E respondam à questão dentro de no máximo 45 minutos. Apenas após os 45 minutos é que devem para e corrigir a sua prova com base nos critérios de avaliação que presentes no espelho padrão da banca, vendo que nota vocês dariam a vocês com base única e exclusivamente naquelas informações.

Professor,

Faço rascunho antes?

Escrevo todas as linhas?

Letra cursiva ou de forma?

Veja que abordamos esses pontos mais acima. Para alguns, já deixei a instrução bem clara, para outros apenas praticando é que você definirá sua melhor estratégia.

O Tribunal Regional Eleitoral, mediante prévio procedimento licitatório, celebrou contrato para a realização de determinada obra. Durante a execução do contrato, foram constatados problemas como lentidão, paralisações injustificadas e não comunicadas ao órgão e suspensão da obra em razão de execução irregular. Em decorrência desses fatos, o órgão rescindiu unilateralmente o contrato, restando a garantia e aplicando cumulativamente as penalidades de advertência, de suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar com a administração pelo prazo de um ano, sendo assegurados ao contratado o contraditório e a ampla defesa no âmbito do processo administrativo. Inconformada, a empresa contratada interpôs recurso administrativo invocando:

- a) ilegitimidade do ato de rescisão unilateral;
- b) seu direito à devolução da garantia, caso admitida a rescisão; e
- c) inviabilidade de aplicação cumulativa das sanções administrativas.

Considerando a situação hipotética apresentada, analise os questionamentos apresentados pela empresa contratada, posicionando-se, de forma fundamentada, a respeito de cada um deles. [valor: 4,75 pontos, sendo 1,75 ponto, 1,00 ponto e 2,00 pontos, respectivamente, para a, b, e c]

No que se refere ao primeiro ponto — ilegitimidade do ato de rescisão unilateral —, o candidato deve destacar que a situação fática revela a ocorrência de inadimplemento com culpa do contratado, hipótese que enseja a rescisão unilateral pela administração pública. Isso porque, à luz do que estabelece o art. 79 da Lei n.º 8.666/1993, a rescisão do contrato poderá ser determinada por ato unilateral da administração pública nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78, entre os quais figuram como motivos para a rescisão o cumprimento irregular de cláusulas contratuais e prazos (inciso II); a lentidão do seu cumprimento, levando a administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra no prazo estipulado (inciso III); a paralisação da obra, sem justa causa e prévia comunicação à administração (inciso V). Logo, a conduta da contratada enquadra-se, claramente, em tais comandos, revelando a total legitimidade do ato de rescisão unilateral promovido pela administração.

No tocante ao segundo questionamento, acerca do direito à devolução da garantia, o candidato deve destacar que a perda da garantia configura uma das consequências do inadimplemento com culpa, tal como cogitado no caso. A Lei n.º 8.666/1993, em seu art. 79, § 2.º, I, prevê a devolução da garantia apenas nas hipóteses de rescisão sem culpa do contratado (rescisão por motivo de interesse público, ou ocorrência de caso fortuito ou de força maior). Portanto, o contratado não tem direito à devolução da garantia, considerando-se que o inadimplemento se deu por sua culpa.

Quanto à última alegação, referente à inviabilidade de aplicação cumulativa das sanções administrativas, o candidato deve destacar que, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, a administração tem a prerrogativa de aplicar sanções de natureza administrativa, tal como expressamente autorizado pelo art. 58, IV, do mesmo diploma legal. O art. 87, por sua vez, contempla as espécies de sanções aplicáveis: advertência; multa; suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a dois anos; declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até a reabilitação. A pena de multa pode ser aplicada conjuntamente com qualquer uma das outras, conforme expressamente prevê o § 2.º do art. 87 da Lei n.º 8.666/1993, circunstância que veda, implicitamente, em qualquer outra hipótese a acumulação de sanções administrativas. Logo, não poderia a administração pública aplicar a pena de advertência cumulativamente com a suspensão temporária ("A pena de multa pode ser aplicada juntamente com qualquer uma das outras (art. 87, § 2.º), ficando vedada, implicitamente, em qualquer outra hipótese, a acumulação de sanções administrativas." Maria Sylvia Z. Di Pietro. Direito Administrativo. 26.ª ed., p. 282). Assim, o candidato deve concluir no sentido da legitimidade da rescisão contratual, bem como da garantia retida pela administração pública, porém deve reconhecer não ser viável a aplicação cumulativa da sanção de advertência e suspensão, embora fosse possível acumular a pena de multa com a de suspensão temporária.

Folha para Resposta

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	